

11º ENPT

Rumo à vitória em 98

O 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado de 29 a 31 de agosto, no Rio de Janeiro, reconduziu José Dirceu à presidência do Partido e definiu que o PT disputará a presidência da República em 98. Para tanto, foram tomadas resoluções que indicam que o PT trabalhará por uma candidatura única das oposições, definida a partir da discussão com outros partidos e segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao governo FHC.

A resolução sobre eleições 98 aprovada tem como pano de fundo o avanço que representa a atuação em conjunto dos partidos do campo democrático-popular no Congresso Nacional, com o Bloco das Oposições (PT, PDT, PSB e PCdoB), e com a Frente das Oposições nas lutas contra medidas antipopulares de FHC, como as mobilizações contra a venda da Vale, a Marcha do MST a Brasília, a campanha *José Rainha é Inocente; Crime é Não Fazer a Reforma Agrária* (lançada no último dia do

Fotos: Roberto Parizotti



Comissão Executiva Nacional abre o 11º Encontro Nacional do PT, no Hotel Glória (destaque)

Encontro) e o 3º Grito dos Excluídos (realizado no dia 7 de setembro).

Após ser proclamado presidente nacional do PT, José Dirceu fez pronunciamento se comprometendo em construir, conjuntamente

com os diretórios nacional e os regionais, a aplicação da política de alianças e as demais resoluções do Encontro.

A partir deste Encontro, o PT parte para a definição dos caminhos a serem seguidos e as estra-

tégias a serem elaboradas com vistas a derrotar FHC e seus aliados nos Estados em 98. Por consenso entre as forças presentes ao Encontro, foi aprovada em plenário uma pauta de trabalho, que inclui a discussão de uma política



Lula conclama à unidade para derrotar FHC: afinar a orquestra

ca de alianças, a realização de um Encontro Extraordinário no final deste ano e a convocação do 2º Congresso do Partido no primeiro semestre de 98.

Conforme disse Lula no segundo dia do Encontro, o momento político atual indica que o PT volta a não ser coadjuvante, mas o artista principal no cenário. "Nós temos condições de ganhar a eleição em 98", avaliou, ressaltando que o projeto neoliberal começa a perder força e que FHC

não é tão invencível como tenta demonstrar. "Se o Fernando Henrique tivesse tanta certeza assim de sua reeleição, não estaria fazendo tudo para aprovar uma legislação eleitoral que praticamente elimina a disputa; e o PT também não estaria sendo alvo de tantos ataques", constatou. Lula ainda conclamou à unidade do Partido para derrotar FHC: "É preciso afinar a orquestra".

Resoluções aprovadas no 11º ENPT

Política de alianças

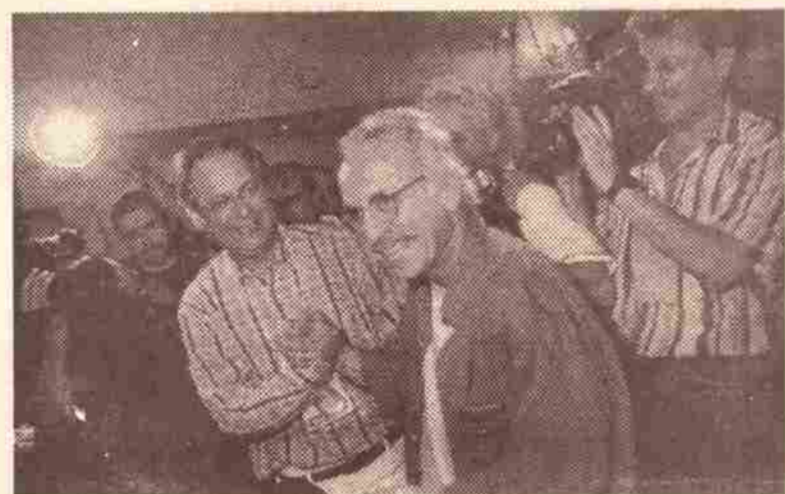
O PT, conforme foi deliberado no 11º Encontro, dará continuidade à discussão de uma política de alianças junto aos segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao governo FHC. A esse conjunto de forças, o PT proporá a definição de um programa e uma candidatura única das oposições. Essas decisões constam da *Carta do Rio de Janeiro*, resolução sobre as eleições de 98 aprovada pelo plenário no dia 30 de agosto (ver íntegra na página 3). Ficou definido que a política de alianças determinada pela direção nacional deverá ser reproduzida nos Estados.

Encontro Extraordinário

O Encontro Extraordinário, a ser realizado em dezembro deste ano, reunindo os mesmos delegados ao 11º ENPT, terá como pauta Eleições 98 e Novo Estatuto e Regimento. O ponto sobre eleições será desdobrado em balanço da política de alianças, discutirá a candidatura própria do PT à presidência da República e Frente das Oposições. Quanto ao ponto Estatuto e Regimento Interno do Partido, sua discussão excluirá mudanças como eleição direta para os diretórios regionais e nacional e modificações nas deliberações já tomadas sobre tendências.

2º Congresso do PT

Quanto ao 2º Congresso do Partido, indicado para ocorrer no primeiro semestre de 98, a proposta é de se discutir um documento programático, definir um projeto para o Brasil para ser apresentada na campanha eleitoral do ano que vem. Será a discussão de uma plataforma do PT para ser apresentada à sociedade, uma alternativa ao projeto neoliberal. A finalidade do 2º Congresso é impulsionar um movimento político-cultural que possibilite a grande virada no país no ano que vem. Se for necessário, também entrarão na



Dirceu e Temer se cumprimentam antes do início dos debates



Encontro cumpre com objetivo de definir rumos para o período

pauta as eleições de 98.

Agenda de mobilização

O 11º ENPT aprovou também duas resoluções que indicam o engajamento imediato, já pela nova direção nacional do PT, em duas campanhas de mobilização popular. É a campanha *José Rainha é Inocente; Crime é não Fazer a Reforma Agrária*, lançada ao final do Encontro, em 31 de agosto, e a participação no 3º Grito dos Excluídos (promovido pela Pastoral Social da CNBB, MST e CUT), já realizada no dia 7 de setembro, quando, em diversos pontos do país, houve manifestações por justiça e dignidade. A campanha em favor do líder do MST tem a finalidade de garantir a presença maciça de militantes e parlamentares do PT no segundo julgamento de Rainha, dia 16 de setembro, em Pedro Canário (ES), bem como a

realização de manifestações públicas contra sua condenação e julgamento. Um vídeo integrante da campanha faz parte do Programa Nacional do PT, a ser exibido no horário gratuito de TV a que o Partido tem direito, em rede nacional, no dia 11 de setembro, das 20h30 às 20h50.

Construindo a ideia-força

Lula coordenará, até dezembro deste ano, uma discussão com a militância petista, mediante a realização de debates, via Embratel, nas principais cidades do país, para ao final aprovar a melhor proposta para o Brasil, a ideia-força do PT para ser apresentada à sociedade. A resolução foi apresentada pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e pelo senador paulista Eduardo Suplicy.

Os números do Encontro

O 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu 552 delegados credenciados, escolhidos por mais de 143 mil filiados de quase todo o País (as exceções ficaram com Amapá e Maranhão, cujos encontros estaduais foram suspensos, por motivo de irregularidades, pelo Diretório Nacional). Compareceram como observadores (com direito a voz, mas não a voto), 82 pessoas, entre prefeitos e vices, parlamentares, membros do DN e outros) e 209 convidados, representantes de diversas entidades e organizações, totalizando 843 participantes, além de funcionários que operacionalizaram todos os trabalhos e profissionais de imprensa que cobriram o Encontro.

Votações

A primeira votação numérica do Encontro foi o recurso apresentado pelos delegados do Maranhão, contra a suspensão do Encontro Estadual, no primeiro dia do Encontro, 29. O recurso foi rejeitado por 266 delegados, contra 206 favoráveis e 17 abstenções. A escolha da tese-guia de *Conjuntura e Tática* foi a votação seguinte, feita na plenária da manhã do dia 30, sábado. Oito teses foram defendidas, tendo sido a mais votada a Articulação Unidade na



Dirceu se prepara para votar na urna eletrônica

Luta, com 222 votos. À tarde, foi votada resolução sobre Eleições 98. Três propostas foram defendidas: *Carta do Rio de Janeiro*, defendida por José Dirceu, com 272 votos; *O PT não Foge à Luta*, apresentada por Milton Temer, com 242 votos; e *Lula Presidente para Acabar com FHC*, defendida por Júlio Turra, sem nenhum voto. Houve ainda três abstenções. No dia seguinte, 31, foram a

votação as chapas para o Diretório Nacional e a escolha do presidente nacional do Partido. Pela primeira vez em um encontro nacional do PT, a votação foi feita em urnas eletrônicas, cedidas pelo TRE do Rio de Janeiro.

Cinco chapas se inscreveram para a composição do DN: Luta Socialista, integrada, entre outros, por Sônia Hypólito, Joaquim Soriano e Markus Sokol; Democracia Radical (José Genólio, Ozéas Duarte e José Nobre Guimarães); Socialismo e Liberdade (Carlos Santana, Arlindo Chinaglia e Tilden Santiago); Nova Democracia (Joana D'Arc, Rui Falcão e Cândido Vaccarezza); e Articulação Unidade na Luta (Delúbio Soares, Tarso Genro e Pery Cipriano). Veja no quadro abaixo a votação de cada uma delas e a respectiva composição do Diretório Nacional (DN) e da Comissão Executiva Nacional (CEN).

A votação para a presidência nacional do PT, disputada por José Dirceu e o deputado federal Milton Temer (RJ), teve a participação de 550 delegados, dos quais 284 optaram por Dirceu e 256 por Temer. Houve ainda nove votos nulos e um em branco.

VOTAÇÃO DE TESES

TESE	NOME	VOTOS
5	Articulação Unidade na Luta	222
3	Mudar o PT para Mudar o Brasil	176
4	Aprofundar a Democracia: Tarefa Histórica do PT	42
2	É Possível Resistir. Basta Querer	33
1	Posição do PT na Campanha Eleitoral de 1998	31
10	Com os Trabalhadores, pelos Direitos e Reivindicações	17
8	Construindo uma Nova Democracia	16
9	Por um Partido Classista e Socialista	5
	Abstenção	0
	Nulos	1
	Total	542

PRESIDENTE

CANDIDATO	VOTOS
José Dirceu	284
Milton Temer	256
Em branco	01
Nulos	09
Total	550

PARTICIPANTES

	Delegados	552
Observadores	82	
Convidados	209	
Total	843	

VOTAÇÃO DE CHAPAS AO 11º ENPT

CHAPA	VOTAÇÃO	%	DN	CEN
1 - Luta Socialista	208	37,82	31	07
5 - Articulação Unidade na Luta	191	34,73	28	06
2 - Democracia Radical	65	11,82	09	02
3 - Socialismo e Liberdade	61	11,09	09	02
4 - Nova Democracia	25	4,55	04	01
Total	550	100,00	81	18

Tese-Guia do 11º ENPT

I. O FIM DE UM CICLO

1 - A aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes de nossa história republicana. FHC foi a solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a adoção de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

2 - A cada dia acentua-se sua face autoritária expressa na ditadura das MPs., nas tentativas de submeter o judiciário e na cooptação fisiológica da maioria do legislativo. O governo FHC vem numa escalada de ações repressivas e de propaganda sistemática procurando desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A proposta de legislação eleitoral do núcleo do poder é inaceitável. A questão democrática volta à ordem do dia.

3 - A implantação do neoliberalismo no Brasil é um fenômeno tardio. Primeiro ensaiado por Collor, agora implementado por FHC, o ajuste neoliberal chegou tarde em função da resistência exercida pelo movimento sindical e popular e pelo impacto da CPI e do impeachment. Representa uma estratégia de inserção subordinada do País à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que perde capacidade de indução, fiscalização e regulação da economia.

4 - A política econômica centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical está promovendo um brutal processo de endividamento externo e interno, que fragiliza as finanças públicas e expõe o País aos ataques especulativos do capital financeiro internacional. A exclusão social avança com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos vai projetando um cenário de desesperança e "apartheid" social para uma grande massa da população.

5 - O PT, junto com as entidades de luta popular e com os demais partidos de esquerda e setores conseqüentes da sociedade civil, tem sido a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo.

6 - Este modelo revela-se incapaz de viabilizar o crescimento sustentável e enfrentar a pobreza. Os resultados eleitorais recentes na Europa e alguns países latino americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora. Os anos de 1997/98 poderão valer por uma década.

7 - Este ENPT decide, desde já, articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas e construir um pólo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país. Este ENPT será decisivo para o lançamento de amplo movimento político cultural em defesa do Brasil e por uma alternativa de desenvolvimento sustentável com justiça social. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e sustentação de alternativa de governo democrática e popular para o próximo período.

II. A DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL DA SOCIEDADE E DO ESTADO

8 - Somente uma Revolução Democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal.

9 - A revolução democrática exige uma nova economia capaz de assegurar a superação do apartheid social no Brasil e desencadear um processo de inclusão social que elimine o dualismo resultante da concentração de riqueza nas mãos de poucos.

10 - Uma tal revolução implica em uma poderosa mobilização social, capaz de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, multiplicando os mecanismos de controle social do Estado pela sociedade.

11 - Neste momento histórico o projeto neoliberal de FHC, como já ocorreu em outros países do continente, tenta submeter o poder judiciário e o poder legislativo aos seus interesses imediatos, além de domesticar os grandes meios de comunicação de massa. O próprio pacto federativo está comprometido pela fragilização orçamentária dos governos estaduais que perdem autonomia política e são submetidos ao processo de centralização de recursos fiscais e poder político do governo federal.

12 - A primeira questão democrática é a construção do próprio estado de direito no país com uma reforma profunda do poder judiciário e do poder legislativo, além de enfrentar com coragem o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa dos direitos do consumidor.

13 - A implantação do Estado de direito deve estar acompanhada de mudanças ainda mais profundas que assegurem mecanismos de participação direta da população nas decisões, como plebiscitos e referenduns, e a constituição de novas esferas públicas não estatais, que permitam os mais diversificados mecanismos de controle da sociedade sobre o estado.

14 - Esta democratização reivindica também um amplo movimento cultural que combata todas as formas de discriminação. A questão do racismo contra a imensa população negra não pode mais ficar a margem dos grandes temas nacionais. O enfrentamento do machismo que se manifesta na opressão cotidiana das mulheres é uma questão fundamental para a democracia brasileira. Estamos próximos dos quinhentos anos da colonização e os povos indígenas jamais tiveram o reconhecimento de seus direitos e a demarcação efetiva de seus territórios. O Brasil precisa encarar também, sem qualquer preconceito o tema das preferências sexuais e o respeito aos direitos dos homossexuais. A democracia exige o respeito às diferenças, a convivência com as múltiplas influências culturais de nosso povo e um novo padrão de civilização das instituições e do cotidiano da sociedade civil.

III. UMA PRESENÇA SOBERANA DO BRASIL NO MUNDO

15 - Para enfrentar a questão nacional é necessário uma reforma

do Estado e construir uma presença soberana do Brasil no mundo de hoje. Isso supõe uma política externa que estabeleça novas alianças internacionais e contribua para alterar as relações de força no mundo e para construir uma nova ordem mundial justa e democrática. Por essa razão rejeitamos o projeto da ALCA apresentado pelos EUA e lutamos pela redefinição e reestruturação do Mercosul, visando ampla integração e parcerias.

16 - Nossa presença soberana no mundo exige projeto nacional de desenvolvimento e disposição de contribuir ativamente para construir um mundo diferente do atual, dominado por uma só potência e pelas organizações internacionais controladas de fato pelos EUA. O Brasil pode ser um pólo importante de questionamento do projeto neoliberal e articulador de alianças estratégicas com países como África do Sul, China, Índia e outras nações que recolorem na pauta a democratização radical dos organismos internacionais e a mudança nas relações econômicas inaceitáveis entre países pobres do Sul e o poder econômico e político crescente dos países ricos do Norte, em especial os EUA.

IV. UMA NOVA ECONOMIA SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA, PARA ACABAR COM A EXCLUSÃO SOCIAL

17 - Neste final de século, o neoliberalismo acompanhado dos valores da concorrência selvagem, do individualismo e consumismo é a expressão acabada da crise de civilização promovida pelo capitalismo. Temos o compromisso de construir uma perspectiva histórica anticapitalista baseada numa nova relação entre ética, política e economia comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

18 - A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania.

19 - O atual padrão de consumo imposto pela globalização do capital não é universalizável. Temos que construir novos valores capazes de impulsionar uma economia do suficiente e da solidariedade. Não nos confundimos com o populismo irresponsável, que não define como se financia o crescimento, nem como são distribuídos os sacrifícios.

20 - Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas.

21 - Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia, terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências de autogestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento.

22 - O país não pode continuar concentrando de forma caótica amplas massas despossuídas nos grandes centros urbanos, a reforma agrária é uma urgência histórica.

23 - O combate à exclusão e à miséria exige política ativa de emprego, com a redução da jornada de trabalho e ampla política de rendas centrada na valorização do salário. O emprego e o fomento ao micro e pequenas empresas são objetivos permanentes e exigem a articulação dos setores dinâmicos e avançados tecnologicamente com os setores atrasados em tecnologia, mas socialmente relevantes na geração de postos de trabalho.

24 - Novos mecanismos de poupança, financiamento e investimento domésticos são essenciais para esta nova estratégia, que terá no capital externo apenas uma dimensão complementar à atividade econômica. Teremos que romper a lógica imposta pela globalização do capital financeiro e pelos grandes oligopólios internacionais que vulnerabilizam e comprometem qualquer estratégia de desenvolvimento nacional.

25 - A fragilidade financeira do setor público exige o reequacionamento das dívidas interna e externa, a desprivatização radical do orçamento e sua canalização para a infra-estrutura estratégica e políticas sociais de educação e saúde, bem como um programa nacional de renda mínima.

26 - A universalização da educação básica, com adoção da renda mínima e da bolsa escola, o resgate da qualidade de ensino e da infra-estrutura tecnológica e científica são dimensões essenciais desta nova estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

V. ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, DESESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EXCLUSÃO SOCIAL

27 - O Plano Real têm assegurado o fim da inflação, um objetivo importante econômica e socialmente em um país submetido a um longo período de instabilidade inflacionária. Porém, é uma política de estabilização centrada na sobrevalorização cambial, um erro gravíssimo desde o início do programa, que associado a uma política monetária de juros elevadíssimos compromete a parte importante da estrutura produtiva, vulnerabiliza externamente o país e fragiliza as finanças públicas. Esta política gerou em 96 um déficit de transações correntes no balanço de pagamentos superior a US\$ 24 bi e projetada para 1997 um déficit aproximado de US\$ 35 bi.

28 - O país está crescentemente dependente do capital financeiro internacional e vulnerável a um ataque especulativo, como no México em 94 e recentemente nos pequenos tigres Asiáticos. A dívida externa deu um salto para US\$ 178 bi e seu serviço dobrou com FHC. A dívida interna líquida passou de R\$ 85 bi para 269 bi, fragilizando as finanças públicas. O orçamento público está sendo comprometido pelo serviço da dívida interna, deteriorando os serviços sociais e arrojando o salário do funcionalismo que está sem reajuste há quase três anos.

29 - A política de juros elevadíssimos gerou inadimplência recorde, quebrou empresas e famílias e debilitou o sistema financeiro, ocorrido pelo escandaloso PROER que já liberou cerca de R\$ 23 bi. A política econômica, tem mantido a estabilidade monetária a custa da desestabilização da economia brasileira, da

desindustrialização de muitos setores, do esmagamento das micro, pequenas e médias empresas, do crescimento do desemprego e da precarização do trabalho.

30 - O setor agrícola foi dramaticamente atingido, com a inviabilização de cerca de 400 mil empregos, além dos 750 mil postos de trabalho destruídos na indústria ao longo do governo FHC.

31 - Para saldar os compromissos financeiros crescentes, o governo lança mão de privatizações, destruindo o patrimônio nacional sem que se formule uma estratégia de política industrial e desenvolvimento alternativo. O monopólio estatal dá lugar ao monopólio privado, sem mecanismos de regulação ou política de controle. O governo reduz sua intervenção à precária estabilidade monetária, sem projeto de desenvolvimento ou mesmo política industrial, agrícola ou de ciência e tecnologia.

VI. A RESISTÊNCIA POPULAR AO NEOLIBERALISMO

32 - É contra esta estratégia econômica inconsistente e insustentável e em oposição frontal ao autoritarismo que caracteriza o governo FHC, que o PT vem lutando através das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares.

33 - Nos últimos dois anos o PT e sua direção nacional priorizaram a mobilização popular e sindical de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. Nosso esforço esteve centrado na perspectiva correta de unificar a luta da CUT, do MST, da CMP e da Contag com os partidos de esquerda através da Frente de Oposições e da Conferência Terra, Trabalho e Cidadania.

34 - A luta dos trabalhadores sem-terra - do MST e da CUT/Contag - tem cumprido papel fundamental para desmascarar o projeto FHC que não comporta a Reforma Agrária. As manifestações no Pontal do Paranapanema em SP e principalmente a Marcha a Brasília e o Dia 17 de Abril revelaram nossa capacidade de mobilização e a força da luta pela Reforma Agrária.

35 - O movimento sindical enfrenta grandes dificuldades tendo em vista a desconstrução de amplos setores da indústria que atinge diretamente sua base social. Mas já iniciamos uma nova fase de retomada da luta sindical, como demonstram as manifestações anti-FHC no ABC e as comemorações do primeiro de maio desse ano que apontam para uma inflexão nas lutas operárias e sinais de ofensiva política.

36 - A repulsa da sociedade à política anti-social de FHC, agravada pelos ridículos oito reais de aumento do salário mínimo e pela tentativa do governo de roubar a pensão das viúvas, explodiu dia 25 de julho em todo o País.

37 - O Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro aponta para a continuidade da mobilização. O PT reafirma seu compromisso com a convocação de um Fórum Nacional de Entidades Democráticas e Populares e com a proposta da CUT de paralisação nacional em outubro.

38 - Os governos do PT são uma frente importante de construção partidária e um eixo fundamental de disputa de hegemonia na sociedade. Nossas experiências de governo, submetidas a condições econômicas e políticas extremamente adversas, colocam novos desafios que precisam ser enfrentados para que o partido acumule politicamente. Temos tido também situações de fragilidade na elaboração de políticas alternativas, crises de governabilidade e problemas na relação entre partido e governos. O PT precisa aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento dos governos, construir formas de solidariedade e sustentação política dos governos de esquerda, mas também exigir o compromisso destes com o enfrentamento ao projeto neoliberal. As experiências de orçamento participativo, a ética na gestão da coisa pública, as formas de participação popular, a bolsa escola e o compromisso com as políticas sociais, a inversão de prioridades vão projetando caminhos novos para o exercício do poder local em direção ao grande desafio histórico de construção de um modelo alternativo ao neoliberalismo e de desenvolvimento sustentável e solidário.

VII. DA RESISTÊNCIA A UM NOVO GOVERNO QUE ROMPA COM O NEOLIBERALISMO

39 - Nosso grande desafio histórico é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo neoliberal de FHC será muito pesada: uma grande fragilidade externa e das finanças públicas, a desarticulação de uma parcela importante do sistema produtivo e imensas demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Poderemos ter inclusive uma grave crise cambial, antes ou mais provável depois das eleições de 1998, a exemplo do México.

40 - Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O país precisa reduzir suas taxas de juros e constituir novos mecanismos de financiamento da produção. Isto só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, mesmo porque a manutenção desta política cambial significa expor o país a uma situação de elevado risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a própria estabilidade monetária, impondo uma profunda recessão à economia brasileira.

41 - A um novo governo caberá definir uma política de transição que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população. Será decisivo o alongamento do perfil da dívida interna e a redução das taxas de juros para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Será preciso reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável como demonstrou toda a década de oitenta. A manutenção desta estratégia econômica tende a conduzir o país a uma nova crise cambial, que recolocar a histórica questão da suspensão do pagamento da dívida externa.

42 - A abertura comercial deve ser racionalizada, com a utilização de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não queremos a volta do protecionismo cartorial, e também não aceitamos a abertura selvagem ou o casuismo que favorece os lobbies mais próximos ao governo FHC. O país precisa de um política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

expediente

Publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Presidente Nacional do PT: José Dirceu
Secretária Nacional de Comunicação: Vera Gomes
Jornalista responsável/Edição: Carlos Mercuri (Mtb 19.645)
Redação: Carlos Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Myriam Luiz Alves

Administração: Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves
Diagramação/Editoração Eletrônica: Jorge Mariano
Sede: Rua Silveira Martins, 132 - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Tel.: (011) 604.6200 / Fax: (011) 606-6590 / E-mail: ptbrasil@axp.npc.org
Tragem: 12 mil Impressão: Artgraf

43 - Com imensas restrições orçamentárias o país precisará de uma profunda reforma tributária e fiscal e a canalização dos recursos disponíveis para o financiamento da infra-estrutura e políticas sociais e de emergência.

44 - É preciso também reconstruir o pacto federativo rompido pela política de centralização tributária promovida pelo fundo de Estabilização Fiscal, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A renegociação efetiva da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

45 - Este processo de transição, que imporá desafios ao país, deve ser orientado em direção aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável e solidário, orientando para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

46 - A reforma agrária, a reforma urbana acompanhada de um amplo programa de habitação popular, o estímulo a pequena produção familiar no campo e o fomento a agricultura de alimentos e as políticas de universalização da educação com a bolsa escola e saúde pública são os objetivos econômicos e sociais básicos da transição.

47 - No plano político é necessário um programa corajoso de democratização do Estado começando por corrigir as distorções no sistema de representação da Câmara e Senado, eliminando o peso do poder econômico nas eleições por meio do financiamento público das campanhas e estabelecendo uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial inclusive introduzindo o controle externo.

48 - A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, o que exige a imediata unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial com o fim da justiça militar e assegurar o respeito aos direitos humanos.

49 - Aqui devem ser incorporadas reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas e agudas de discriminação.

50 - Democratizar o Estado significa torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Essa é a receita para combater a corrupção, hoje componente estrutural do sistema.

51 - A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MPs, e pela utilização de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

52 - A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação eliminando o virtual monopólio hoje existente.

53 - É fundamental, finalmente democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. Reconstruir a legislação que impeça as distintas formas de "flexibilização" das relações trabalhistas, reforce a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garanta a autonomia e representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma verdadeira política de emprego e renda apoiada na valorização salarial e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado de retomada dos investimentos e crescimento do emprego e elevação progressiva e permanente do salário mínimo que determina o ordenamento do leque salarial.

VIII. FRENTE DAS OPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ELEITORAIS PARA 98

54 - A definição da política do PT para 98 implica avaliar o que estará em jogo do ponto de vista eleitoral, os mais prováveis cenários políticos e econômicos, as forças das oposições e as possíveis dissidências fora do campo democrático e popular.

55 - O PT tem de consolidar a articulação da Frente das Oposições e dar continuidade à construção de proposta programática e candidatura única que expresse alternativa ao neoliberalismo e oriente a política de alianças.

56 - A despeito da atual correlação de forças que começa a mudar, vamos disputar as eleições para vencer. Seja como for, devemos fazer das eleições uma batalha cultural que reverta a hegemonia conservadora acumulando forças em proveito de um novo projeto nacional de desenvolvimento e crie condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

57 - A condição para vencer é articular a batalha eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

58 - A unidade das forças de oposição tem se consolidado em lutas concretas a exemplo da luta de apoio à reforma agrária, defesa da Vale, Não à Reeleição, o Bloco Parlamentar que batalhou contra as chamadas reformas da previdência e administrativa e finalmente no protocolo que deu origem à Frente das Oposições.

59 - É por isso que o PT reafirma o compromisso com a Frente das Oposições de uma candidatura única com base numa plataforma comum apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário anti-neoliberal. Reiterando que o PT é o partido em melhores condições de oferecer o nome do candidato comum das oposições. Assim o PT terá uma candidatura própria que será apresentada à Frente das Oposições que formamos com o PDT, o PC do B e o PSB. Discussões com o PMN, PSTU e PCB, e com o PPS e o PV buscarão superar as dificuldades atuais que temos em nossas relações e procurarão fortalecer e ampliar a Frente.

60 - A Frente das Oposições deverá exercer uma forte atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e sobre personalidades políticas para composições nacionais e sobretudo regionais, sempre com base na oposição a FHC e na plataforma comum anti-neoliberal. Com o objetivo de criar um movimento nacional suprapartidário anti-neoliberal, essa Frente deverá estender-se igualmente para organizações da sociedade civil, intelectuais, artistas e personalidades públicas relevantes, como foi inclusive decidido pelo Bloco de Oposições.

61 - Esse programa deverá ter três eixos fundamentais: o nacional, que buscará uma nova ordem internacional onde cada país terá presença soberana; o social, que enfrente o problema da exclusão social da maioria da nossa população; o democrático, que reforme radicalmente nosso sistema político, amplie e garanta a cidadania e os direitos humanos e estabeleça mecanismos sólidos de controle do estado pela sociedade. Este programa radicaliza a democracia, promove reformas sociais, impede a desnacionalização e desindustrialização do país, promove o desenvolvimento baseado na distribuição de renda, na expansão do mercado interno, na defesa dos interesses nacionais e será viabilizado por meio de uma reforma tributária capaz de gerar poupança pública para financiar o crescimento, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a edu-

cação, e promover uma reforma democrática do Estado. Esse programa deve implantar políticas de renda mínima, um plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a Reforma Agrária e uma política agrícola objetivando o combate à miséria. Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças que vamos receber dos governos anteriores, é de fundamental importância que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e, sobretudo, uma sociedade mobilizada capaz de exigir o cumprimento do Programa de Governo. Sem isso, as oposições arriscam cair na mesmice e revelarem-se incapazes de cumprir seus compromissos de campanha.

62 - O PT e a Frente, com base em seu Programa de Governo e nas iniciativas que teve no campo parlamentar devem pedir ao povo uma nova maioria parlamentar para o Brasil. Um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

63 - O 11º Encontro Nacional orienta o DN no sentido de adotar uma tática eleitoral que preveja alianças mais amplas que o campo democrático popular para as disputas estaduais e mesmo nacional, sem cair no sectarismo nem na desfiguração do programa partidário. Que coíba alianças oportunistas ou eleitoreiras de um lado e estreitas de outro.

64 - O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição à FHC e ao neoliberalismo e a rejeição aos partidos de direita. A tática eleitoral e a política de alianças a nível estadual devem estar subordinadas às definições do 11º ENPT.

65 - Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular - PT, PCdoB, PSB, PDT - em torno da mesma candidatura à presidência e aos governos estaduais.

66 - A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular com o PSB, PCdoB e ampliando par o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC.

67 - Devemos, portanto, incorporar a questão da soberania nacional na política de alianças de 98 e a ampliação de alianças regionais. A disputa do centro, de setores e personalidades, particularmente do PMDB e mesmo do PSDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo de FHC deve se dar em torno de uma candidatura única das oposições que faça evoluir os acordos pontuais - defesa da Vale, Não à Reeleição, apoio à Reforma Agrária - para um acordo programático de governo.

IX. A CONJUNTURA INTERNACIONAL

68 - As próximas lutas do povo brasileiro vão ocorrer em quadro internacional mais favorável. Os conservadores de todo o mundo já não podem celebrar seus triunfos como o faziam até bem poucos anos.

69 - Os dois últimos anos tem sido marcados por intensas mobilizações sociais na Europa, hoje devastada pelo desemprego. Na França, na Espanha, Bélgica, Grécia e Alemanha, imensas manifestações operárias e de excluídos têm mostrado que amplos setores da sociedade não estão dispostos a pagar o preço dos ajustes monetaristas.

70 - A vitória dos Trabalhistas no Reino Unido, independente da discussão sobre o tipo de programa aplicado, tem um significado simbólico forte e positivo para os setores populares. Mais importante foi a vitória dos Socialistas Franceses em aliança com os verdes, os comunistas e personalidades independentes. Foi a mais dura derrota da direita conservadora neoliberal.

71 - Na América Latina os sintomas de desgaste do neoliberalismo são também evidentes. O programa neoliberal mexicano afundou depois de Chiapas e da crise cambial de dezembro de 1994. A vitória de Cárdenas na Cidade do México e a derrota do PRI nas eleições parlamentares abrem caminho para uma vitória do PRD nas eleições presidenciais no ano 2000. Na Nicarágua, mesmo derrotados, os Sandinistas tiveram uma grande votação e mantém o novo governo sob intensa pressão popular. A FMLN teve uma estrondosa vitória em El Salvador. O processo de paz na Guatemala coloca a UNRG em condições eleitorais favoráveis. No Equador, o anúncio de medidas neoliberais provocou uma quase insurreição que derrubou o presidente da República. Mobilizações populares na Venezuela, Colômbia e Argentina, mostram que amplos setores da sociedade não estão mais dispostos a aceitar passivamente o receituário dos ajustes conservadores.

72 - Na Argentina cresce a força da oposição e o recente protocolo entre a Frepaso e a UCR aponta para uma vitória das forças anti-Menem e para a derrota da coalizão neoliberal.

73 - O fracasso de Fujimori e a derrota da coalizão neoliberal na Bolívia só confirmam a fragilidade do modelo neoliberal.

74 - No Brasil, o PT e os partidos que formam a frente anti-neoliberal devem tirar todas as consequências das vitórias da esquerda na América Latina. Devem considerar sempre que somos o País mais importante do hemisfério sul e que o governo FHC e o modelo neoliberal serão defendidos com todos os recursos pela comunidade financeira internacional o que coloca na ordem do dia a solidariedade militante e a articulação entre os partidos de esquerda e a construção de uma política externa de relações diplomáticas e comerciais de novo tipo.

75 - O 7º Foro de São Paulo, criado sob iniciativa do PT, realizado em Porto Alegre, revelou-se um espaço com contradições internas, mas importante para a articulação de forças democráticas e progressistas da América Latina e do Caribe para construir uma alternativa ao neoliberalismo.

76 - Devemos nos aproximar também dos partidos e movimentos sociais em oposição ao neoliberalismo na Europa, especialmente no momento que temos que enfrentar o projeto do governo dos EUA para o ALCA.

X. O SOCIALISMO

77 - O socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje como problema teórico e político. A crise das experiências socialistas no século XX não significa que as questões que tentaram enfrentar estejam resolvidas. Ao contrário, esses problemas estão mais vivos do que nunca. Há quase um bilhão de desempregados no mundo e seu número cresce nos países desenvolvidos. A exclusão, o desemprego e a precarização do trabalho não são consequência apenas de recessões, como ocorria no passado, mas resultado de uma forma perversa de crescimento.

78 - A hegemonia das ideias liberais transformou a estabilidade monetária em valor supremo. Para alcançá-la, destroem-se programas sociais, desindustrializam-se regiões ou países, eliminam-se dezenas de milhares de empregos. Vivemos uma era de desconstrução nacional e social. Ao mesmo tempo crescem os monopólios e concentra-se a riqueza. 80% do mundo produz e consome apenas 20%

da riqueza, enquanto que 20% produz e consome 80%. Menos de 500 pessoas detêm metade da riqueza mundial.

79 - Essa polarização social corroi os laços de solidariedade, privatiza cada vez mais homens e mulheres, lançando-os em competição selvagem, estimula o racismo, o fanatismo religioso e todas as formas de fundamentalismo.

80 - Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva.

81 - Mas o socialismo exige sobretudo a socialização da política. Por essa razão há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recoloca os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo responsável pela desconstituição nacional e social do País.

RESOLUÇÕES DO 11º ENPT

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O desempenho do Bloco das Oposições no Congresso Nacional e a atuação da Frente constituída pelo PT, PDT, PSB e PCdoB vem representando um avanço na organização do campo popular e um estímulo ao processo de enfrentamento às medidas antipopulares do governo.

Fruto de uma decisão amadurecida, está sendo elaborada uma plataforma a ser submetida às direções desses partidos. Sobre ela se pretende elaborar um programa de governo, a ser apresentado na disputa presidencial de 1998 por uma candidatura única das Oposições.

A formulação conjunta deste programa, a ser respaldado pelo debate e aprovação da militância partidária, constitui um marco no reagrupamento da esquerda. Revela também a vontade política do PT de construir, na sociedade, uma política de alianças que, fundada num programa de caráter democrático-popular, possa agregar todos os segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao governo FHC.

Do ponto de vista do PT, a concretização de um programa comum, o fortalecimento dos movimentos sociais, o combate às reformas conservadoras, a difusão de propostas alternativas e o estabelecimento de uma política nacional de alianças são condições indispensáveis para derrotar FHC e seus aliados nos Estados. Para ganhar e governar, transformando o Brasil, é necessário que esta política nacional comande o complexo jogo de forças e pretensões locais ou regionais, sem o que a fragmentação e consequente enfraquecimento da Frente serão inevitáveis. Nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do desafio de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo.

O PT não alimenta a pretensão de impor nomes aos aliados que, como nós, dispõem de quadros capazes e postulantes legítimos. Mas, do mesmo modo, pertencem a nossas fileiras várias lideranças nacionais — entre as quais o Lula — com todos os méritos para disputar a Presidência da República. Por isso, nossa resolução de lançar um candidato do PT para enfrentar FHC será levada à apreciação dos aliados nesse processo já iniciado.

Desde já, comprometemo-nos a desencadear um amplo debate nos Estados, junto aos partidos, organizações da sociedade civil, sindicatos, personalidades, a fim de criar, nas bases, uma dinâmica capaz de produzir um forte movimento político-cultural que impulsiona uma grande virada no País.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1997

CAMPANHA JOSÉ RAINHA É INOCENTE

O 11º Encontro Nacional do PT resolve recomendar a todos os dirigentes, núcleos e diretórios do PT, bem como a seus representantes nos Legislativos e Executivos, que:

- 1 - se empenhem na divulgação e massificação da campanha lançada neste Encontro José Rainha é Inocente. Crime é não fazer a Reforma Agrária;*
- 2 - seja garantido a presença massiva de nossos dirigentes e parlamentares no julgamento do dia 16 de setembro;*
- 3 - realizem manifestações públicas de protesto contra a absurda condenação de José Rainha por um crime que ele não cometeu, ocorrido em um lugar onde ele não estava;*
- 4 - a SNRI oriente os núcleos do PT e organizações aliadas no exterior, para a realização de manifestações em frente às Embaixadas do Brasil.*

Sobre o GRITO DOS EXCLUÍDOS

O 11º Encontro Nacional do PT resolve que o primeiro compromisso dos Delegados aqui presentes é de lembrar aos seus diretórios e núcleos, bem como representantes do Partido nos Legislativos e Executivos, do compromisso do Partido com o apoio ao GRITO DOS EXCLUÍDOS, neste dia 7 de setembro. Onde houver um petista, este deve empenhar-se em mobilizar os excluídos para participar desta manifestação.

Lançada a campanha José Rainha é Inocente

O lançamento da campanha *José Rainha é Inocente. Crime é Não Fazer a Reforma Agrária* encerrou o 11º Encontro Nacional do PT. A campanha visa mobilizar a militância e a sociedade para protestar contra a condenação do líder do MST por um crime que não cometeu. Também pretende incentivar a população a acompanhar o segundo julgamento de Rainha, previsto para o dia 16 de setembro em Pedro Canário (ES) – caso o pedido de transferência do foro de julgamento para Vitória seja recusado.

No lançamento da campanha, coordenado pela secretária de Comunicação da Executiva Nacional da CUT, Sandra Cabral, e pelo coordenador do Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Santo André, Gilberto Carvalho, estiveram presen-

tes representantes de vários partidos e de organizações democrático-populares. Uma grande representação do movimento sindical participou do lançamento, como os membros da Executiva Nacional da CUT João Vaccari Neto e Mônica Valente, Delúbio Soares, presidente do Codefat, entre outros. Fizeram parte da mesa, além dos presidentes estaduais do PT, Fernando Gabeira (PV), Jamil Haddad (PSB), Leonel Brizola (PDT), Aldo Arantes (PCdoB), Ciro Garcia (PSTU) e Zuleide Faria de Melo (PCB). Compuseram a mesa, também, Márcio Jardim, vice-presidente da UNE; José Albino, da Central de Movimentos Populares; João Felício, secretário geral da CUT; além de Lula, José Dirceu, Milton Temer, José Eduardo Dutra e José Machado, lide-

res das Oposições no Senado e do PT na Câmara, respectivamente; Plínio de Arruda Sampaio, secretário agrário nacional do PT; Hamilton Pereira e Arlete Sampaio, respectivamente secretário de Cultura e vice-governadora do Distrito Federal; e José Rainha Júnior.

O Diretório Nacional do PT enviou a todos os Diretórios Regionais comunicado informando sobre os materiais preparados para a campanha, orientando-os a reproduzi-los nos Estados para o evento ter amplitude nacional. Os materiais são cartaz, adesivo para vidro, praguinha, vídeo (que será exibido no programa nacional do PT, dia 11, em rede de TV) e camisetas. Está prevista ainda a confecção de outdoors, cartazes para colar (lambe-lambe), entre outros materiais.



Líder do MST agradece solidariedade: quem está sendo condenada é a Reforma Agrária

Programação paralela é atração à parte

Jorge Mariano



Exposição da Fundação Perseu Abramo mostra a trajetória do PT

Diversos eventos paralelos foram atrações à parte no 11º Encontro. No saguão ao lado do salão onde o plenário se reuniu, foi montada exposição sobre a trajetória do PT, montada pela Fundação Perseu Abramo. Vários painéis, com fotos, charges e textos, contavam a história do Partido.

No mesmo local, a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI) mostrava o Projeto PTDOC, um banco de dados contendo os principais projetos, programas e planos de administrações petistas, coletâneas de projetos de lei municipais e estaduais, de iniciativa de parlamentares do Partido, e políticas setoriais do PT.

Futebol e samba

O sábado, 30, foi de alegria para umas, e frustração para outros. Convocada para um amistoso com o time de futebol de Chico Buarque, o Politeama, a Seleção Nacional do PT fez feio, perdendo de 6 a

1 para os camisas-verdes do compositor. O consolo foi o time feminino petista vencer por 4 a 3 da seleção do poeta. À noite, os delegados e demais participantes do Encontro descontraíram assistindo a um show da cantora Elza Soares no Centro Cultural da Mangueira.

Literatura

O livro *Os Desafios do Governo Local*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, foi lançado durante o Encontro. O livro é fruto de seminário com prefeitos e vice-prefeitos eleitos do PT em 96, realizado em Brasília no final do ano passado. *BeneDita*, de Maisa Mendonça e Medea Benjamin, estava sendo autografado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), cuja trajetória de luta é retratada na publicação.

O lançamento do livro *Vale a Pena Sonhar*, de Apolônio de Carvalho, fundador e ex-dirigente do PT, previsto para acon-

Roberto Parizotti



Vereador Jorge Bittar conhece a home-page da Fundação

tecer no sábado, teve de ser cancelado por um motivo a ser comemorado: a edição estava esgotada. Mesmo assim, Apolônio foi chamado à mesa para o lançamento simbólico do livro.

A organização do 11º Encontro empenhou-se em proporcionar aos participantes todas as orientações e informações necessárias. Uma grande equipe sempre esteve a postos para contribuir no que fosse possível, tanto para localização de cada evento como na distribuição de material, acerto de passagens aéreas, entre outras necessidades. O coletivo da secretaria de Comunicação deu sua contribuição, editando o *Boletim da(o) Delegada(o)*, publicação com informações úteis aos participantes, e o *Linha Aberta*, que foi produzido direto do Hotel Glória, além de todo o material de divulgação e edição de materiais para os delegados.

Jorge Mariano



Chico na cola de Suplicy



Encontro faz várias homenagens

A abertura solene do 11º ENPT, na noite do dia 29, fez homenagens ao educador Paulo Freire, ao guerrilheiro argentino-cubano Ernesto Che Guevara e ao sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho. Também foram lembrados Perseu Abramo e Florestan Fernandes. Os jovens, a quem o Encontro foi dedicado, também mereceram referência.

O ex-vereador carioca Chico Alencar conduziu a solenidade, que teve vários momentos de emoção, como o pronunciamento de Ana Maria, companheira de Paulo Freire. Ela lembrou que o educador foi um dos fundadores do PT e disse ter a convicção de que o Partido também fundou-se nele. Representando o Partido Comunista de Cuba, Jorge Ferrera apontou Che Guevara como a síntese do homem de ação e pensamento. "Se estivesse vivo, seria um combatente contra o neoliberalismo", apostou.

O Partido Comunista Francês também esteve presente ao Encontro, representado pelo seu secretário de Relações Internacionais, Francis Wors, deputado ao Parlamento Europeu, e Esmeralda Cárdenas, responsável, na secretaria do PCF, pela América Latina. Wors citou, na abertura solene, frase de Victor Hugo ("Aqueles que vivem são aqueles de lutam"), afirmando que ela se aplica perfeitamente ao PT.



Ana Maria, companheira de Paulo Freire: "Ele fundou o PT e o PT se fundou nele"



Jorge Ferrera, do PC de Cuba: "Se Che estivesse vivo, estaria combatendo o neoliberalismo"



Francis Wors, do PC Francês: "Aqueles que vivem são aqueles de lutam, como o PT"



AGENDA

SETEMBRO

• 11 – Exibição do programa nacional do PT em rede de rádio e TV

• 13 – 1º Encontro de Executivos Públicos e Parlamentares Afro-brasileiros do Estado de São Paulo. Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos (SP)

• 16 – Júri Popular de José Rainha Júnior

• 20 – I Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis Petistas

de Osasco e Região – Cidadania Para Todos. [Informações: (011) 701-7400, r. 233/ (011) 429-2733, c/ Waltecy]. Câmara Municipal de Osasco

• 20 – Reunião do Coletivo da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo de São Paulo. Câmara Municipal de São Carlos (SP)

• 20 e 21 – Reunião Nacional de Mulheres Negras. Belo Horizonte (MG)

• 20 e 21 – Reunião do Diretório Nacional. São Paulo

• 26 a 28 – Seminário Regional Construindo Programas Estaduais de Direitos Humanos. [Informações: (062) 202-1620;

(065) 421-1308. Rondonópolis (MT)

• 28 – Dia Latino-Americano de Luta pela Descriminalização do Aborto

OCTUBRO

• 5 – Cem anos de Canudos

• 10 – Dia Mundial da Alimentação

• 11 – 2º Seminário sobre Cooperativas Habitacionais e Cooperativas da Construção Civil (2º dia). Informações: (011) 886-6440/6441 [Liderança do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo]. Câmara Municipal de São Paulo

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)

Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome

Endereço

Profissão

Tel

CEP

Cidade

Estado

Sexo: Masc. Fem.

Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 224-1953